



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA – CONTAS DE GOVERNO

JAILSON JOSÉ QUIUQUI

Prefeito Municipal no exercício de 2021

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município

OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Água Branca/ES

Entidade: Município de Água Branca

Gestor responsável: Jailson José Quiuqui

Exercício: 2021

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Atividades para o exercício de 2021, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 9.325/2021, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 34/2015, Instrução Normativa 68/2020 e, Resolução 227/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Ressaltamos que a execução das atividades da Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2021 foram prejudicadas, em razão dos seguintes motivos:

- I. Ausência de quantidade de pessoal na estrutura do órgão da Unidade Central de Controle Interno (conforme será demonstrado no quadro de pessoal abaixo) suficiente ao atendimento a alta demanda das atividades inerentes as 04 (quatro) Unidades Gestoras do Município;
- II. Alta demanda de Notificações dos órgãos de Controle Externo, incluindo o Ministério Público Estadual, e a SECONT – Secretaria de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo;
- III. Insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formado em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas;

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou esforços para no curso do exercício do ano de 2021, realizar o atendimento de todas as notificações dos órgãos de Controle Externo, além de realizar o Acompanhamento do e-SIC,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Monitoramento do Portal Transparência, atendimento ao canal de Ouvidoria, e adesão ao programa e-PREVENÇÃO.

É notório que, apesar do cumprimento parcial das atividades planejadas no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2021, foram realizadas pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da Entidade – MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA - no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise da Listagem de Pagamentos no Sistema de Contabilidade Pública com o demonstrativo do total de repasses de duodécimo mensal ao Poder Legislativo em cumprimento à data limite. Conta contábil: 351120100002	Valor Mensal de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo: R\$137.556,18 Data de Repasse mensal: 20.01.2021 19.02.2021 18.03.2021 20.04.2021 20.05.2021 18.06.2021 20.07.2021 19.08.2021 20.09.2021 20.10.2021 19.11.2021 20.12.2021 Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2021: R\$1.650.674,16
1.2.14	Equilíbrio financeiro e Atuarial - Plano de Equacionamento	Lei Municipal nº 1.628/2021 Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Lei Municipal nº 1.628/2021 aprovada em 26.05.2021; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;	Período Analisado 12 meses
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDATA	LC 101/2000, art. 11	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários do ente da federação	Conforme evidenciado no Quadro Auxiliar ao Demonstrativo da Dívida Ativa – DEMDATA, no período de Janeiro à Dezembro/2021, não foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: Valor Atual em Dívida Ativa Tributária: R\$651.412,10 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$690.447,11



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Lei Municipal nº 1.653/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1653-2021-1634732885.pdf Decreto nº 9.609/2021 (ANEXO) Decreto nº 9.748/2022 (ANEXO)			demaís créditos tributários de competência do ente da federação. No tocante a movimentação da dívida tributária, verificou-se diminuição da Dívida Ativa Tributária em R\$39.035,01 Contudo, consoante análise dos demonstrativos DEMDAT, verifica-se que a queda da Dívida Ativa tributária se deu pela movimentação da Renúncia de Receita realizada pelo Município através da Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021.	Diminuição da Dívida Ativa Tributária em R\$39.035,01 Denota-se que não foi realizado no exercício de 2021 a cobrança de dívida ativa extrajudicial e judicial. Conforme evidenciado pela Lei 1.653/2021 – A Prefeitura Municipal de Águia Branca estabeleceu Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021. Além disso, foi estabelecido prorrogação do prazo descrito na Lei Municipal até o dia 30/04/2021, através dos Decretos nº 9.609/2021 e Decreto nº 9.748/2022.
1.4.1	Educação aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - ANEXO 8 Sistema CidadES	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – Anexo 08 do RREO Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.	Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2021: R\$ 8.515.054,02 Percentual de aplicação: 27,90%
1.4.2	Educação – remuneração dos	Relatório de Auditoria do	CRFB/88, art. 212-A, inciso XI	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do	Análise do Demonstrativo das receitas e	Valor aplicado no pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício no ano de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	profissionais do magistério	Processo nº 4619/2021 Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 08 Avaliação Anual dos Indicadores de gastos com FUNDEB – ANEXO I		FUNDEB ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício. despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – FUNDEB Apuração do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2021 1º Bimestre 2º Bimestre 3º Bimestre 4º Bimestre 5º Bimestre 6º Bimestre	2021: R\$ 5.670.597,32 Percentual de aplicação: 71,76%
1.4.4	Saúde aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 12 Sistema CidadES	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em doações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde. Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado nas ações e serviços públicos de saúde. Valor aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2021: R\$ 4.888.528,84 Percentual de aplicação: 16,50%
1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Sistema CidadES	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Cálculo do limite de despesas totais com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida. Receita Corrente Líquida: R\$ 45.264.600,47 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 20.968.162,98 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 46,32%
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de	Relatório de Gestão - RELGES PESS	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem	Em análise aos atos normativos publicados no exercício de 2021, verifica-se que não há ocorrência de Relatório de Gestão - RELGES PESS Atos publicados no Portal da Transparência



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	limites nulidade do ato	Atos publicados no Portal da Transparência		observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	aumento de despesas com pessoal no exercício de 2021, em desconformidade com o art. 21, inciso I da LRF.	Período analisado: 12 meses
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Sistema CidadES	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 45.264.600,47 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 20.968.163,99 Limite apurado: 46,32% Limite Máximo: 54% R\$ 24.442.884,25 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 23.220.740,04
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Sistema CidadES	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 45.264.600,47 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 20.968.163,99 Limite apurado: 46,32% Limite Máximo: 54% R\$ 24.442.884,25 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 23.220.740,04
1.4.12	Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Relatório de Gestão Fiscal – RGF; PESS; Atos publicados no Portal da Transparência; LDO – Lei de	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos	Em análise a LDO publicada para o exercício de 2021, verifica-se que não há ocorrência de expansão da despesa com pessoal.	Art. 43 e 44 da Lei nº 1.581/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf		órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.		
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº 1.605/2020) Balancete de Verificação - BALVER Relatório de Gestão - RELGES Sistema Público de Contabilidade – Transferência de Recursos Financeiros para a Câmara Municipal Sistema CidadES.	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Análise das Transferências de recursos financeiros para Câmara Municipal no exercício de 2021.	Transferência de Duodécimo no exercício de 2021: Valor Apurado: R\$1.650.674,16 Percentual: 6,99% Valor Máximo de Limite R\$ 1.650.674,31 Percentual: 7%
1.4.15	Dívida pública	RGF – Relatório de	LC 101/2000, art.	Avaliar se a dívida consolidada	Conforme análise da Dívida	Saldo da Dívida Consolidada no Anexo II do



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

CONTROLADORIA GERAL

	extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	Gestão Fiscal – 1º Semestre 2021 – Anexo II	31 e Resolução nº 40/2001 Senado Federal.	do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um trimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três trimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Consolidada Líquida constante do RGF, denota-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites da dívida pública estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal no 1º semestre do exercício de 2021, não sendo necessário adotar medidas para redução de valor excedente.	Relatório de Gestão Fiscal não ultrapassou o limite estabelecido pela Lei Complementar 101/2000. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 1º Semestre: Receita Corrente líquida (RCL): R\$ 42.694.994,33 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: R\$12.121.375,27 Limite Máximo permitido: R\$ 54.317.520,56
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 1 Relatório de Gestão Fiscal – RGF - ANEXO 4 Balanco Orçamentário - BALORC	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Balanço Orçamentário Relatório de Gestão Fiscal – RGF - Demonstrativo das Operações de Crédito	O Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2021.
2.1.1	LDO compatibilidade com Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 PPA – Plano Plurianual - 2018/2021	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Em confronto das peças que compõe os instrumentos de planejamento – avaliou-se que as diretrizes e metas estabelecidas na LDO estão em compatibilidade com o PPA.	Lei nº 1.581/2020 que regulamenta as diretrizes para elaboração da lei orçamentária no exercício financeiro de 2021
2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, verifica-se pelos artigos 25 e 42, estabelece critérios para limitação de empenho em conformidade com a LRF.	Análise das matérias constante nos artigos 25 e 42 da Lei nº 1.581/2020.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		v.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf		previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.		
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, verifica-se pelo artigo 33, caput e parágrafo único, que a LDO estabelece condições e exigências para transferências de Recursos a entidades públicas e privadas, em conformidade com a LRF.	Art. 33, caput e parágrafo único da Lei nº 1.581/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Consoante a Lei nº 1.581/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2021 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§ 1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§ 1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	LDO - Lei nº 1.581/2020 Análise da matéria constante do art. 7º, e seus parágrafos. 02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS - LDO
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	Portaria STN nº 389/2018	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição – aprovado pela Portaria	LDO – Lei nº 1.581/2020: Anexo de Metas Fiscais Metas Anuais – Tabela 1 Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior – Tabela 2 Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores – Tabela 3



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição – aprovado pela Portaria nº 286/2019 - STN			<p>nº 286/2019 - STN</p> <p>Em análise aos demonstrativos constantes na LDO (Lei nº 1.581/2020), verifica-se as seguintes desconformidades:</p> <p>- Desconformidade entre a Tabela 04 – Evolução Patrimônio Líquido em confronto com o Demonstrativo 4 constante no MDF (10ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou demonstração referente a Evolução do Patrimônio Líquido – Regime previdenciário.</p> <p>- Desconformidade entre a Tabela 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos em confronto com o Demonstrativo 5 constante no MDF (10ª edição). Denota-se que o Município de Águia Branca não realizou previsão para rendimentos de aplicações financeiras, não se verifica a demonstração de valores quanto a previsão das despesas correntes dos regimes previdenciários.</p> <p>- Ausência de Demonstrativo 06 na LDO do exercício de 2021 com Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS.</p>	<p>Evolução do Patrimônio líquido – Tabela 04</p> <p>Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos – Tabela 5</p> <p>Estimativa e compensação da renúncia de receita – Tabela 07</p> <p>Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado – Tabela 08</p> <p>Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição</p> <p>Demonstrativo 1– Metas Anuais</p> <p>Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior</p> <p>Demonstrativo 03 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores</p> <p>Demonstrativo 04 – Evolução do Patrimônio Líquido</p> <p>Demonstrativo 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos</p> <p>Demonstrativo 06 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS</p> <p>Demonstrativo 07 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita</p> <p>Demonstrativo 08 – Margem de Expansão das</p>
--	--	--	--	--	---	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, verifica-se que a LDO contém Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e as providências a serem tomadas em caso de concretização do referido risco, conforme disciplina art. 28, caput e §1º da LDO, em conjunto com o Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.	Lei nº 1.581/2020 - Análise da matéria constante do art. 28, caput e §1º. Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências – 2021.
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição – aprovado pela Portaria nº 286/2019 - STN	Portaria STN nº 389/2018	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências em confronto com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição, verifica-se que apesar da previsão de passivos contingentes na LDO/2021, a estrutura do Demonstrativo se encontra em desconformidade com o MDF (10ª edição) editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição – aprovado pela Portaria nº 286/2019 - STN
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf	LC 101/2000, art. 12, §3º	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas de	Em análise ao ponto de controle, verifica-se o não cumprimento no exercício de elaboração da LDO, da disposição prevista no art. 24, parágrafo único da Lei 1.581/2020 c/c art. 12, §3º da Lei 101/2000.	Art. 24, parágrafo único da Lei nº 1.581/2020.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		1591373489.pdf		receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo		
2.1.10	LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020</p> <p>PPA – Plano Plurianual - Lei 1.417/2017</p>	CRFB/88, 165, § 7º	art. Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2021, disponível no Sistema de Contabilidade Pública, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020</p> <p>PPA – Plano Plurianual - Lei 1.417/2017</p>
2.1.11	LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020</p> <p>http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf</p>	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	Em consulta realizada a LOA, verifica-se a compatibilização do orçamento com os objetivos e metas da LRF.	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf				
2.1.12	LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita	<p>DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas</p> <p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf</p>	CRFB/88, art. 165, §6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões e subsídios e benefícios da natureza financeira, tributária, creditícia, bem como, das medidas de compensação de renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício	Em análise a LDO, através do Demonstrativo 7 – Anexo de Metas Fiscais, verifica-se que o Município de Águia Branca não realizou a previsão dotação orçamentária para Programa de benefícios de renúncia de receitas, bem como não apresentou medidas de compensação no efetivo exercício. Portanto, considerando que a LDO não realizou a referida dotação, não há inclusão na LOA de demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita.	<p>DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas</p> <p>LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 13 da Lei nº 1.581/2020 - Anexo De Metas Fiscais - 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020</p>
2.1.13	LOA reserva de contingência	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf</p> <p>LOA – Lei</p>	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.605/2020) do exercício de 2021, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de	<p>Lei Orçamentária Anual - Art. 3º da Lei nº 1.605/2020:</p> <p>Anexo I - Demonstrativo da Despesa por órgão, funções e categoria econômica;</p> <p>Anexo II - Demonstrativo da Despesa por categoria econômica;</p> <p>Anexo VI – Demonstrativo do programa de trabalho de governo;</p> <p>Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por categoria econômica;</p> <p>Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf			Diretrizes Orçamentária – LDO.	e programa por projeto/atividade; Anexo VIII – Demonstrativo por função, subfunção e programas conforme vínculos com recurso; Anexo IX – Demonstrativo da despesa por órgão e função; e - Demonstrativo Analítico da Despesa; - Orçamento da despesa por projeto atividade (consolidado). LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 28 da Lei nº 1.581/2020 - Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf	CRFB/88, 100, § 5º.	art. Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para pagamentos de precatórios, verificou-se que o Município de Águia Branca através da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.605/2020) do exercício de 2021, através do Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas, realizou previsão de recursos para pagamento de precatórios. Denota-se que não foram apresentados precatórios judiciais até o dia 1º de Julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88, razão pela qual não há previsão na LDO de dotação orçamentária para pagamento de precatórios. Contudo, há previsão de reserva de contingência para decisões judiciais	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.605/2020) - Demonstrativo Analítico da Despesa - Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas. LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, reserva de contingência – decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.	
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	DECPRO	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Em análise ao ponto de controle, foi verificado que no exercício de 2021, o Chefe do Poder Executivo não emitiu ato normativo fixando a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Declaração emitida pelo Chefe do Poder Executivo informando que não foram emitidos atos normativos para programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso no exercício de 2021.
2.1.17	Transparência na gestão	INCENTIVA	LC 101/2000, art. 48, §1º, I	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Em análise a Declaração emitida pelo Chefe do Poder Executivo, denota-se que no ano de 2020 não foram realizadas Audiências Públicas durante o processo de elaboração de LDO e LOA para o exercício de 2021. Motivação apresentada na Declaração, em razão da pandemia da Covid-19.	Arquivo INCENTIVA: Comprovante de efetivação ao incentivo à participação popular e da realização de Audiências Públicas, durante os processos de elaboração e discussão do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária.
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais cumprimento de metas fiscais.	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LIMITA	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais de arrecadação prevista na LDO (Lei nº 1.581/2020), denota-se que o Município de Águia Branca, apesar do descumprimento das metas fiscais de arrecadação nos 1º, 2º, 3º e 4º Bimestre do exercício de 2021, não realizou atos normativos de limitação de empenho. Denota-se que a partir do 5º Bimestre do exercício de 2021, o Município passou a cumprir a Meta Fiscal de Arrecadação prevista na LDO, encerrando o exercício no 6º Bimestre de 2021 com total de Arrecadação apurado no valor de	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei 1.581/2020, art. 25 Disciplina a previsão de limitação de empenho (Anexo de Metas Fiscais). Limite de Arrecadação previsto na LDO/2021: R\$ 48.384.908,29 Limite de Arrecadação Apurado no exercício de 2021: R\$ 54.704.585,36



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					R\$ 54.704.585,36.	
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1653-2021-1634732885.pdf LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	Em análise a Lei nº 1.653/2021, que instituiu o Programa de Recuperação de Créditos tributários municipais, em confronto com os demonstrativos integrantes da LOA e a LDO fixada para o exercício de 2021, verifica-se a ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receitas no exercício de 2021 e nos dois exercício seguintes, em desacordo com o art. 14 da LRF c/c art. 73, §1º do Código Tributário Municipal.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021. LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, art. 13 disciplina a estimativa e compensação de renúncia de receita. Anexo de Metas Fiscais 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
2.2.4	Renúncia de receitas	DEMRE – Demonstrativo de	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha	Em análise ao Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	Renúncia de Receitas Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021. http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1653-2021-1634732885.pdf LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf		sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	Renúncia de Receita (Anexo de Metas Fiscais), verifica-se que muito embora o Município tenha realizado o Programa de Renúncia de Receitas através da Lei nº 1.653/2021, não foi realizada estimativa e compensação da referida Renúncia na LDO do exercício de 2021.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020, art. 13 disciplina a estimativa e compensação de renúncia de receita. Anexo de Metas Fiscais 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021.
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei 4.320/64	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2021, todos créditos adicionais foram precedidos de autorização legislativa. Os créditos adicionais suplementares se encontram previstos nos artigos 4º e 5º da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.605/2020).	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Lei nº 1.605/2020 Lei nº 1.612/2021 Lei nº 1.629/2021 Lei nº 1.630/2021 Lei nº 1.642/2021 Lei nº 1.649/2021 Lei nº 1.654/2021 Lei nº 1.657/2021 Lei nº 1.660/2021 Lei nº 1.664/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	<p>Lei nº 1.612/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1612-2021-1614788948.pdf</p> <p>Lei nº 1.629/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1629-2021-1622204129.pdf</p> <p>Lei nº 1.630/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1630-2021-1622204160.pdf</p> <p>Lei nº 1.642/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1642-2021-1629813561.pdf</p> <p>Lei nº 1.649/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1649-2021-1629814042.pdf</p> <p>Lei nº 1.654/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1654-2021-1635261169.pdf</p> <p>Lei nº 1.657/2021</p>			<p>Os créditos adicionais especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas:</p> <p>Lei nº 1.612/2021 Lei nº 1.629/2021 Lei nº 1.630/2021 Lei nº 1.642/2021 Lei nº 1.649/2021 Lei nº 1.654/2021 Lei nº 1.657/2021 Lei nº 1.660/2021 Lei nº 1.664/2021 Lei nº 1.665/2021 Lei nº 1.677/2021</p>	<p>Lei nº 1.665/2021 Lei nº 1.677/2021</p>
--	--	--	--	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1657-2021-1634733250.pdf Lei nº 1.660/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1660-2021-1636724946.pdf Lei nº 1.664/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1664-2021-1636725356.pdf Lei nº 1.665/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1665-2021-1636725405.pdf Lei nº 1.677/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1677-2021-1639745956.pdf				
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Decretos executivos de créditos adicionais:	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2021, todos créditos adicionais foram abertos mediante Decreto Executivo.	DEMCAD - Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Verificação de todos os Decretos Executivos de Créditos Adicionais.
2.2.17	Autorização legislativa para	Lei Municipal nº 1.635/2021	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer	Em análise aos Fundos criados pelo Município de Águia Branca, verifica-	Lei Municipal nº 1.635/2021 – instituiu o Fundo Municipal de Educação Infantil e ensino



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	instituição de fundos de qualquer natureza	http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1635-2021-1625062899.pdf Lei Municipal nº 1.647/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1647-2021-1629813945.pdf Lei Municipal nº 1.656/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1656-2021-1634733094.pdf		natureza, sem prévia autorização legislativa.	se que estes foram instituição mediante prévia autorização legislativa.	fundamental - FMEIEF Lei Municipal nº 1.647/2021 – instituiu o Fundo Municipal do Turismo - FUNTUR Lei Municipal nº 1.656/2021 – instituiu o Fundo Municipal da Pessoa Idosa – FMPI
2.2.21	Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca https://www.prefeitura.deaguiaabranca.es.gov.br/	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, todos os instrumentos referentes ao PPA, LDO, LOA, RREO e RGF, Balancetes mensais, Balancetes Anuais	Portal da Transparência PPA https://www.prefeituradeaguiaabranca.es.gov.br/uploads/documento/20190325112736-ppa-2018-2021.pdf LDO https://www.prefeituradeaguiaabranca.es.gov.br/uploads/documento/20210316092451-lido-exercicio-financeiro-de-2021.pdf LOA https://www.prefeituradeaguiaabranca.es.gov.br/uploads/documento/20210316091950-loa-exercicio-financeiro-de-2021.pdf RREO https://www.prefeituradeaguiaabranca.es.gov.br/tr



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						ansparencia/documento?tipo=4 RGF https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3 Balancetes mensais http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=2 Prestação de Contas Anual http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7
2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca Relatórios de Execução Orçamentária – RREO e Anexos https://www.prefeitura.deaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=4 Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados todos os anexos referente a Execução Orçamentária e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca Relatórios de Execução Orçamentária – RREO e Anexos Publicações do RREO no DOM/ES 1º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1737 – pág. 44 a 60 – Data: 30.03.2021 2º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1768 – pág. 80 a 98 – Data: 14.05.2021 3º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1819 – pág. 41-43, 46-48, 50-51, 53-55, 59-68 – Data: 27.07.2021 4º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1857 – pág. 04 a 20 – Data: 21.09.2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						5º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1896 – pág. 19 a 35 – Data: 18.11.2021 6º Bimestre DOM/ES – Edição nº 1946 – pág. 102 a 108 – Data: 31.01.2022
2.2.25	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal - elaboração	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 1º ao 6º Bimestre e seus anexos Relatório de Gestão Fiscal – 1º e 2º Semestre e seus anexos.	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar se os demonstrativos que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	Em atenção as normas editadas pela STN, o RREO e o RGF e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (11ª edição)	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 1º ao 6º Bimestre e seus anexos Relatório de Gestão Fiscal – 1º e 2º Semestre e seus anexos.
2.2.26	Limitação para de custeio de despesas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1581-2020-1591373489.pdf LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1605-2020-1607693535.pdf Consulta em Sistema	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	Não há previsão nas leis orçamentárias – LDO e LOA de contribuição de custeio de despesas de outros entes. Além disso, o Município não celebrou convênios no exercício de 2021 visando custeio de despesa com outros entes da Federação.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.581/2020 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.605/2020 Consulta em Sistema de Contabilidade Pública



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		de Contabilidade Pública				
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Portal da Transparência Da Câmara Municipal.	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Em análise a Legislações aprovadas para o exercício de 2021, o Município de Água Branca não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Ausência de Legislação no Portal da Transparência da Câmara Municipal que autoriza a concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista no Município de Água Branca.
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Relatório de Gestão - RELGES	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos de condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Em análise ao arquivo LIMITA, verifica-se que o Município de Água Branca não expediu nenhum ato legal destinado a limitação de empenho. Denota-se que ao encerramento do exercício de 2021 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$ 9.731.734,79	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Água Branca não editou atos legais de limitação de empenho. RELGES - Relatório de Gestão.
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal	LC 101/2000, art. 30, §7º	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Conforme análise do Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2021, o Município de Água Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
2.4.4	Dívida pública evidenciação no RGF	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução	Em análise ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida previsto no Relatório de Gestão Fiscal, verifica-se que a Dívida Consolidada Líquida não ultrapassou os limites definidos no art. 4º, inciso III da Resolução do Senado Federal 40/2001.	Análise do RGF – Anexo II -Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

CONTROLADORIA GERAL

				de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	
2.4.5	Dívida pública extrapolando de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2021 – Anexo II RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2021 (Anexo 03)	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes estabelecidos no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se demonstra necessário a aplicação da regra do inciso I, do artigo 4º, da regra contida no art. 4º, inciso I da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2021 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.
2.4.6	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.4.7	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.4.8	Operação de crédito vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 –	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art.	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito –



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

CONTROLADORIA GERAL

		2º Semestre	5º	exercício, estando que o Município de Água Branca impossibilitado de realizar operações de crédito no tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.		2º Semestre
2.4.9	Operação de crédito - vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.4.10	Operação de crédito - Despesas de capital	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	CRFB/88, art. 167, inciso III	Avaliar se houve realização de operação de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.4.11	Operação de crédito limite global	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.4.12	Operação de crédito limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.		
2.4.13	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 40	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no art. 40 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.4.14	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.4.15	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias limite	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.4.16	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2021.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre
2.5.17	Avaliação atuarial - Inicial	DEMAAT – Avaliação Atuarial Anual para verificação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. SUSTEN – Demonstrativo Do estudo de viabilidade do Plano de Custeio do RPPS	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Avaliar se o ente realizou avaliação atuarial inicial e estudo de viabilidade orçamentária, financeira e de cumprimento dos limites da LRF, com a finalidade de instituir um RPPS.	Em análise ao DEMAAT verifica-se que o ente realizou avaliação atuarial em cumprimento as regras contidas na LRF.	Lei Municipal nº 1.628/2021 - http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1628-2021-1622203817.pdf Reavaliação Atuarial 2021 ABPREV-ES (Responsável: Igor França Garcia – MIBA/RJ 1.659) http://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?documento_tipo=10 SUSTEN – Demonstrativo do estudo de viabilidade do Plano de Custeio do RPPS



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2021 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 03 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, e 01 (um) Coordenador Técnico de Auditoria e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2021, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2021
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	1
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	03

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta uma melhora no déficit do quadro de servidores, tendo em vista que, com a mudança de Gestão Municipal, e posse do Prefeito Municipal atual, foram mantidos no Setor o total de 03 (três) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, apesar do preenchimento das referidas vagas, a alta demanda do exercício de 2021 prejudicou a execução completa das atividades do PAAI/2021, principalmente em razão do Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis cumprir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das Unidades Gestoras.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2021

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2021, ressalta-se a ocorrência do cumprimento parcial das atividades previstas no PAAI/2021, tendo em vista, como mencionado acima, a alta demanda da Unidade Central de Controle Interno, bem como a disposição de 01 (um)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Auditor Público Interno efetivo com formação em Ciências Contábeis com carga horária semanal de 20h (vinte horas).

2.1 Auditoria Interna executada

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2021**, destacamos que foram previstas, 09 (nove) Auditorias a serem realizadas no exercício de 2021, contudo, em razão das demandas oriundas do Tribunal de Contas Estadual, do Ministério Público Estadual e da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, somente foram executadas 04 (quatro) Auditorias, sendo necessário, além das previstas, a abertura de 04 (quatro) Auditoria Extraordinárias, em razão das demandas de órgãos de controle externo, totalizando a abertura de 08 (oito) Auditorias no exercício de 2021, sendo 01 (uma) Auditoria Extraordinária pendente de elaboração de Relatório, conforme transcreve abaixo:

AUDITORIAS INICIADAS EM 2021		
1) Auditorias do PAAI/2021 – 04 Auditorias executadas		
2) Auditorias Especiais Extraordinárias – 04 Auditorias executadas		
(Obs: 01 Auditoria pendente de Relatório)		
IDENTIFICAÇÃO	OBJETO	SITUAÇÃO
Processo nº 2265/2021	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências do Banco de Dados do público imunizado – Vacinação da Covid-19 (período de 18/01/2021 a 12/05/2021)	Concluído
Processo nº 2551/2021	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Águia Branca no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 2552/2021	Auditoria Extraordinária para averiguação das inconsistências no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Câmara Municipal de	Concluído



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Águia Branca	
Processo nº 3256/2021	Auditoria Extraordinária para Avaliação do Sistema de Registro de Ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca/ES	Em andamento
Processo nº 4619/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca	Concluído
Processo nº 4620/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se as contratações por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24, 25 e 26 da Lei 8666/93 Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde	Concluído
Processo nº 4621/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar o pagamento tempestivo das obrigações previdenciárias – parte patronal. Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca	Concluído
Processo nº 4622/2021	Auditoria Governamental de Conformidade para avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho. Unidade Gestora: Câmara Municipal de Águia Branca	Concluído

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que, a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias de natureza contábil nas Unidades Gestoras.

Ressalta-se que, no ano de 2021 na UCCI do Município de Águia Branca, ficou estabelecido 04 (quatro) Auditoria Interna Governamental de Conformidade no PAAI/2021 de abrangência da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, referente aos pontos de controle Tabela Referencial 01 da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES, contudo, em razão da alta demanda de controle externo, apenas foi realizado 01 (um) procedimento de Auditoria da IN 68/2020 do TCEES, conforme transcrevo resumo abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Processo nº 4619/2021

Ação de Auditoria 005/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade

Objetivo de auditoria: Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Menara Scaldaferro Rodrigues

Prazo: 31 de dezembro de 2021.

Código	Objeto/Ponto de controle	Achados	Proposições /Alertas	Situação
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Descumprimento dos limites de gastos com a educação do 1º ao 5º Bimestre do exercício de 2021.	Alertas emitidos a Secretaria Municipal de Educação e ao Prefeito Municipal durante o exercício de 2021, através dos Ofícios 117/2021 e 118/2021	Atendida. Cumprimento do limite descrito no art. 212-A, inciso XI da CRFB/88. Limite Atingido: 71,76% RREO - 6º Bimestre de 2021

Conclui-se, em análise dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – Anexo 08 no exercício de 2021, que foram atendidas as disposições contidas no art. 212-A, inciso XI da Constituição Federal, quanto à destinação de no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB para pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Denota-se, portanto com base no Relatório de Auditoria do Processo nº 4619/2021, que o Município destinou 71,76% das receitas provenientes do FUNDEB para pagamento de profissionais da educação básica, de modo que o ponto de controle foi atendido em acordo com a norma constitucional.

Além disso, de forma extraordinária, foram realizadas **03 (três) Auditorias Especiais Extraordinárias**, no âmbito da Prefeitura Municipal de Água Branca, conforme transcrevo abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ação de Auditoria 001/2021 - Auditoria Especial Extraordinária

Objetivo de auditoria: Avaliar a veracidade dos indícios de inconsistências e/ou irregularidades apresentadas na Nota de Auditoria NA nº 020 e Nota de Auditoria NA nº 020-A (Complementar) da Ordem de Serviço de Auditoria – OSA nº 008/2021 da SECONT.

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui – Auditor Público Interno

Heloisa de Resende Viana – Coordenador Técnico de Auditoria

Prazo: 28 de junho de 2021.

Código	Objeto	Achados	Proposições /Alertas	Situação
-	Inconsistências no Banco de Dados do público imunizado pela vacina da Covid-19 no período de 18.01.2021 a 12.05.2021	<ul style="list-style-type: none">-Aplicação de 2ª dose de vacina contra a COVID-19 de laboratório diferente da primeira;- Aplicação de doses em pacientes com idade inferior a faixa etária informada como justificativa para inclusão no grupo prioritário.	<ul style="list-style-type: none">- Cautela e atenção no cadastro dos dados dos pacientes imunizados para garantir fidedignidade das informações;- Elaboração de planilhas para Registro Manual de Vacinação que contenha dados dos imunizados e todas as informações necessárias para atender a veracidade do cadastro dos pacientes no Sistema eletrônico PNI – Plano Nacional de Imunização;- Organização quanto ao arquivamento das informações colhidas no Registro Manual de Vacinação e demais documentos comprobatórios de grupo de atendimento;- Cronograma com metas de alcance de 85% (oitenta e cinco por cento) de lançamento de informações no Sistema PNI com a estimativa do quantitativo de doses disponíveis;- Mapeamento do Sistema para que sejam corrigidas demais inconsistências e sejam detectados o quantitativo de doses existentes e o quantitativo efetivamente aplicado em pacientes no município;- Observar a possível necessidade de aumento de pessoal para atender demanda no cadastro dos dados no Sistema Eletrônico PNI – Plano Nacional de Imunização, garantindo maior eficácia no registro do público imunizado;- Direcionar espaço físico reservado para o Cadastro de Dados de Pacientes Imunizados em Banco de Dados Eletrônicos;	<p>Atendida:</p> <ul style="list-style-type: none">- Foram corrigidas as inconsistências apontadas no banco de dados do público imunizado;- Informação de que os dados estão sendo lançados em até 48 horas após a vacinação;- Foi elaborado cronograma semanal de vacinação;- Foi realizada a adequação do ambiente de trabalho com o aumento dos servidores responsáveis pela alimentação do sistema, bem como o ambiente se encontra adequado e harmônico.- Foi elaborada nova planilha de registro manual de vacinação.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ação de Auditoria 002/2021 - Auditoria Especial Extraordinária

Objetivo de auditoria: Averiguar indícios de inconsistências detectados no espelho de publicações do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca, fornecido pela Empresa E&L Produções de Software Ltda.

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui – Auditor Público Interno

Heloisa de Resende Viana – Coordenador Técnico de Auditoria

Prazo: 30 de setembro de 2021.

Código	Objeto	Achados	Proposições /Alertas	Situação
-	Auditoria de verificação do Portal da Transparência da Prefeitura de Águia Branca	Ausência de publicações em diversos campos do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca.	Recomenda-se que sejam adotadas medidas para adequar, alimentar e atualizar as informações pendentes de publicação no Portal da Transparência, criando rotinas, por parte dos servidores designados à alimentação do sistema.	Foram corrigidas as inconsistências apontadas e o sistema do Portal da Transparência está sendo alimentado periodicamente pelos responsáveis.

Ação de Auditoria 004/2021 - Auditoria Especial Extraordinária

Objetivo de auditoria: Avaliação do Sistema de Registro Ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca/ES

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui – Auditor Público Interno

Heloisa de Resende Viana – Coordenador Técnico de Auditoria (Revisor)

Menara Scaldaferrro Rodrigues – Supervisora de Auditoria

Prazo: 20 de março de 2021.

Código	Objeto	Achados	Proposições /Alertas	Situação
-	Avaliação do Sistema de Registro de ponto dos Servidores lotados no Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca - ES	<p>- Ausência de norma municipal ou ato administrativo que autorize servidor com carga horária de 20h semanais a realizar o cumprimento de sua carga horária em 02 ou 03 dias da semana;</p> <p>-Desconformidades no Registro de Ponto de Entrada e Saída dos Servidores (Atrasos no Registro de Entrada e Encerramento de expediente antes do horário previsto)</p>	<p>- Justificativa apresentada em Audiência designada pela Unidade Central de Controle Interno, no dia 18/03/2021</p> <p>- Proposições e alertas serão encaminhados a Unidade Gestora na Elaboração do Relatório.</p>	<p>Em andamento.</p> <p>Pendente de Relatório Final.</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		<ul style="list-style-type: none">-Ausência de Registro de Ponto (Registro de Ponto em branco/Ausência de Justificativa)- Registro de Ponto Britânico (Marcação no Registro de Ponto de mesmos horários de entrada e saída, todos os dias – Fraude no Registro de Ponto)- Compensação de Atrasos de registro de ponto no horário de Almoço (Ausência de norma municipal que autorize)- Ausência de Controle e Justificativa prévia para troca de plantões entre enfermeiros ou técnicos de enfermagem (Ausência de Controle/Ausência de ato que autorize a prática por parte dos servidores)- Plantões de Enfermeiros Descobertos (Ocorrência parcial em virtude dos atrasos nas trocas de plantões)- Não cumprimento de Escalas/Plantão com horário reduzido (situação recorrente)- Desvio de Função de Servidor- Faltas Injustificadas- incompatibilidade de horários dos servidores no cumprimento de sua carga horária no exercício de seu cargo/função no Município de Águia Branca, quando comparado com os registros de ponto em municípios diversos	
--	--	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		- indícios de lançamento fraudulento de cumprimento de carga horária nos registros de ponto pelos servidores públicos		
--	--	---	--	--

2.2 Auditoria e outros procedimentos realizados

Partindo da análise dos demais procedimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2021, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2021, foram expedidas diversas Recomendações e Alertas a Prefeitura Municipal de Água Branca, conforme os Ofícios e Orientações-Técnico Jurídicas, citados abaixo:

- OFÍCIO/CGM/001/2021, OFÍCIO/CGM/002/2021 e, OFÍCIO/CGM/003/2021 de comunicação referente a devolução do auxílio emergencial;
- OFÍCIO/CGM/004/2021, OFÍCIO/CGM/106/2021, OFÍCIO/CGM/123/2021, OFÍCIO/CGM/128/2021 e OFÍCIO/CGM/129/2021 de solicitação de resposta quanto a Denúncia na Ouvidoria Municipal;
- OFÍCIO/CGM/010/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto aos Prazos do Cidades – PCA/PCM 2021, conforme IN 68/2020 e alterações;
- OFÍCIO/CGM/011/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto aos Prazos do Cidades, em relação a Remessa de Folha de Pagamento, conforme IN 68/2020 e suas alterações do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/014/2021 e OFÍCIO/CGM/016/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto à publicidade do RREO e RGF, prevista no art. 48, art. 52 e art. 54 da LRF;
- OFÍCIO/CGM/017/2021, OFÍCIO/CGM/018/2021 e OFÍCIO/CGM/019/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao envio de Remessa Contratação, conforme Anexo VI, da IN 68/2020 e suas alterações do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/023/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao preenchimento de questionário online do TCEES, em relação ao exercício do poder de polícia para evitar e desfazer aglomerações na Covid-19;
- OFÍCIO/CGM/025/2021 e OFÍCIO/CGM/033/2021 de RECOMENDAÇÃO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

quanto ao preenchimento de questionário online do TCEES, em relação as informações referente a volta às aulas na rede pública de ensino, durante a pandemia da Covid-19;

- OFÍCIO/CGM/029/2021 de RECOMENDAÇÃO de emissão de Decreto Municipal quanto a adoção de medidas de combate e enfrentamento a Covid-19 durante o período de carnaval;
- OFÍCIO/CGM/030/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a emissão de Decreto Municipal regulamentando medidas restritivas para conter avanços da Covid-19 no Município de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/042/2021 de encaminhamento de informações ao Gestor de Folha de Pagamento e Responsável pelo envio da Remessa de Folha de Pagamento, de orientações recebidas pelo TCEES;
- OFÍCIO/CGM/044/2021, OFÍCIO/CGM/097/2021, OFÍCIO/CGM/0113/2021 e OFÍCIO/CGM/157/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao alerta de tendência ao descumprimento das metas fiscais de arrecadação da LDO no exercício de 2021;
- OFÍCIO/CGM/0046/2021 de RECOMENDAÇÃO e ALERTA quanto as regras da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021);
- OFÍCIO/CGM/053/2021 de PROPOSIÇÃO de alteração da Instrução Normativa Interna – SCI 06/2015 – Manual de Auditoria Interna e Inspeções;
- OFÍCIO/CGM/068/2021 e OFÍCIO/CGM/069/2021 de solicitação de informações quanto ao cumprimento do Plano de Ação da Tributação do Processo nº 3524/2017-6;
- OFÍCIO/CGM/070/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao preenchimento de questionário online do TCEES, em relação as informações referente ao SIAFIC;
- OFÍCIO/CGM/075/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao cumprimento do Termo de Notificação de Diligência 00008/2021 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/079/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a implantação do novo e-social;
- OFÍCIO/CGM/081/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao encaminhamento de informações via Sistema Cidades referente ao Processo nº 2112/2021 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/086/2021, OFÍCIO/CGM/115/2021 e OFÍCIO/CGM/116/2021 de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RECOMENDAÇÃO quanto a tendência ao descumprimento do limite constitucional dos gastos mínimos com educação;

- OFÍCIO/CGM/089/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a realização de Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do cumprimento de Metas Fiscais;
- OFÍCIO/CGM/090/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto à nomeação de servidor responsável pela Remessa Contratação no Sistema Cidades;
- OFÍCIO/CGM/094/2021 enviado a SECONT de esclarecimentos quanto as inconsistências apontadas no processo de vacinação contra a Covid-19;
- OFÍCIO/CGM/098/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a adesão ao Programa Nacional de Prevenção à corrupção – E-prevenção;
- OFÍCIO/CGM/0101/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a instituição por lei municipal, de taxa ou tarifa pela utilização efetiva ou potencial do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos;
- OFÍCIO/CGM/0109/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao preenchimento de questionário online do TCEES, em relação fiscalização de Pessoal e Previdência – NPPREV;
- OFÍCIO/CGM/0117/2021 e OFÍCIO/CGM/118/2021 de RECOMENDAÇÃO para que o Município adote medidas com vistas ao cumprimento do limite constitucional de 70% do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica;
- OFÍCIO/CGM/119/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto a instituição do Regime de Previdência Complementar;
- OFÍCIO/CGM/124/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao Recadastramento de Servidores Públicos Inativos e Pensionistas;
- OFÍCIO/CGM/165/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto as proposições do Acórdão TC 843/2021 do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/179/2021 e OFÍCIO/CGM/180/2021 de RECOMENDAÇÃO quanto ao envio de resposta no prazo previsto ao TCEES, em relação ao cumprimento de metas do PNE 2014-2024;
- ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA nº 001/2021 para realização de Audiências Públicas de elaboração do PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual no exercício de 2021;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Além disso, ressalta-se que a Controladoria Geral do Município realizou 05 (cinco) reuniões com vistas a orientar os órgãos componentes da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Denota-se ainda, que a Controladoria Geral do Município emitiu 19 (dezenove) pareceres com a finalidade de avaliar os processos de Aposentadoria e Pensões, com base na Instrução Normativa Municipal SPP - 03/2015.

Quanto à realização de treinamentos e aprimoramento da Administração Pública Municipal, a Controladoria Geral do Município acompanhou o processo de instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), notificando os Responsáveis, participando das reuniões, bem como realizando Palestra aos servidores para apresentação da temática, que culminou com a implementação do RPC pela Lei Municipal nº 1.658/2021.

No mais, em relação a Unidade Central de Controle Interno realizou a abertura de 06 (seis) Procedimentos de Investigação Preliminar com vistas a averiguar denúncias recebidas pelos órgãos de Controle Externo, além de realizar fiscalização e monitoramento de 06 (seis) notificações encaminhadas pelo TCEES, e pelo Ministério Público Estadual, entre eles, a fiscalização do recebimento indevido de Auxílio Emergencial.

2.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2021, foram elaboradas as seguintes Instruções Normativas:

- Elaboração da **Instrução Normativa SFI 02/2021 – Dispõe sobre os critérios para o cumprimento da Ordem Cronológica de exigibilidades das obrigações financeiras** regidas pelas leis federais nº 8666/93, nº 4320/64 , nº 10520/02;
- Atualização da **Instrução Normativa SCI 06/2021 – Manual de Auditoria Interna**, a fim de adequar e subsidiar os procedimentos de auditoria a serem desenvolvidos pela Controladoria Geral do Município de Água Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõem a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2021 da Unidade Gestora - Prefeitura Municipal de Águia Branca, sob responsabilidade do Ordenador de Despesas, o Prefeito Municipal no exercício de 2021, Exmo. Jailson José Quiuqui.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal de Águia Branca, em face ao cumprimento da Norma Constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante as determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI, RELACI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõem a Prestação de Contas Anual.

2.5 Relatórios de Gestão Fiscal – RGF

Uma das atribuições da Controladoria é exercer o acompanhamento sobre os limites constitucionais, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, e neste sentido, a Controladoria realizou a conferência dos dados contidos nos relatórios contábeis para efeito de apuração da RCL da Despesa Líquida de Pessoal e apuração do Limite Legal referente ao período anual de 2021.

No decorrer do exercício do ano de 2021, foram enviadas Recomendações no sentido de orientar a Unidade Gestora quanto ao cumprimento dos limites legais.

Quanto à publicação do Relatório de Gestão Fiscal, o art. 54, caput, e o art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar 101/2000 definiram a periodicidade e o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal.

De acordo com Monitoramento realizado ao longo do exercício de 2021, constatou-se a divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dentro dos prazos legais, conforme tabela a seguir:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Referência	Meio de Divulgação	Data de Publicação no DOM/ES	Data da Publicação no Portal da Transparência	Republicação
1º Semestre	- DOM/ES - Edição nº 1946 – pág. 109 a 126 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	27/07/2021	27/07/2021	N
2º Semestre	- DOM/ES - Edição nº 1946 – pág. 109 a 126 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	31/01/2022	28/01/2022	N

No tocante ao acompanhamento dos limites previstos na Lei Complementar 101/2000, denota-se que o Município de Águia Branca, atendeu os preceitos dos artigos 19 e 20 da LRF, quanto ao gasto total de despesa com pessoal, que totalizou R\$20.968.163,99 (vinte milhões novecentos e sessenta e oito mil cento e sessenta e três reais e noventa e nove centavos) alcançando um percentual de 46,32% no exercício de 2021, abaixo do limite legal previsto de 54% da Receita Corrente Líquida.

Consoante ao saldo da Dívida Consolidada Líquida verifica-se que o Município de Águia Branca não ultrapassou os limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000 e na Resolução 40/2001 do Senado Federal.

2.6 Acesso a Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadãos disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca e Câmara Municipal de Águia Branca.

Além disso, em maio de 2019, o Município de Águia Branca, através do Decreto nº 8.440/2019, regulamentou a criação da Ouvidoria Municipal, órgão ligado diretamente a Controladoria Geral, tendo como âmbito de ação a coordenação e o controle das ações municipais através da relação institucional direta com os munícipes nas questões relativas ao recebimento de sugestões, solicitações reclamações e denúncias acerca dos atos da Administração Pública e suas Unidades Executoras.

No exercício do ano de 2021, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação
Ano de 2021

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2021
Janeiro	10	26 pedido de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	01	
Março	02	
Abril	01	
Maio	0	
Junho	02	
Julho	01	
Agosto	02	
Setembro	03	
Outubro	01	
Novembro	02	
Dezembro	0	



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.7 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município executou trabalhos de Auditoria no Processo nº 2551/2021 com vistas a possibilitar a melhoria do comprometimento da Prefeitura Municipal de Águia Branca em zelar pela transparência em sua gestão e possibilitando o aumento do Índice de Transparência Municipal Eletrônica, garantindo maior controle social por parte dos órgãos de controle, e possibilitando a melhora na publicidade dos dados públicos.

A Auditoria realizada visava averiguar a ausência de publicações no Portal da Transparência do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Águia Branca, sendo expedida, **RECOMENDAÇÃO** com a finalidade de que a Unidade Gestora adotasse medidas de adequação, alimentação e atualização das informações pendentes de publicação no Portal da Transparência, bem como para orientar a criar rotinas, por parte dos servidores designados para a correta alimentação do sistema, mantendo-o atualizado, o que foi prontamente atendido pela UG, que corrigiu as inconsistências e adotou medidas periódicas de alimentação do sistema.

2.8. Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2021, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Curso prático de análises e auditorias que subsidiam a elaboração dos relatórios de controle interno a enviar em 2021 ao TCEES na PCA, realizado nos dias 25.02.2021 e 26.02.2021 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Webinar: A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) e suas principais inovações, realizado em 20.04.2021 (online), totalizando 03 horas/aulas, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso de Controle Interno, Auditoria e Certificação da Prestação de Contas Anual, realizado nos dias 23.08.2021 a 27.08.2021 (online), totalizando 20 horas/aula, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Participação no II Fórum de Controle Interno – XV Reunião técnica, realizada nos dias 26.08.2021 e 27.08.2021 na Serra/ES, ministrado pela FECONTEs;
- Curso da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD: Os primeiros passos para regulamentar e implantar nos municípios, realizado nos dias 28.09.2021 e 29.09.2021 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso de Auditoria em Folha de Pagamento, realizado nos dias 13.11.2021, 14.11.2021, 15.11.2021, 18.11.2021 e 19.11.2021 (online), totalizando 20 horas/aula, ministrado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Curso da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, realizado nos dias 22.11.2021 e 23.11.2021, totalizando 16 horas/aula em Nova Venécia/ES, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso de Elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para Licitações e Elaboração de Termo de Referência, realizado nos dias 24.11.2021 e 25.11.2021 em Nova Venécia/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

Processo Administrativo	Descrição do caso de dano apurado	Data da instauração	Data de encaminhamento ao TCE	Valor do Débito	Protocolo/Processo no Tribunal de Contas

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS NA UG, NO EXERCÍCIO DE 2021

4. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO, FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, denota-se inicialmente, que se encontra em andamento no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo o Processo 03524/2017-6 referente à Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças no Município de Águia Branca decorrente de Auditoria realizada pelo TCEES na Administração Tributária dos Municípios do Estado do Espírito Santo no ano de 2017, que apurou indícios de irregularidades no Setor da Tributação.

Vale mencionar que, a Controladoria Geral depois de realizados os levantamentos na Secretaria Municipal de Finanças, elaborou PLANO DE AÇÃO no ano de 2017, que foi encaminhado ao TCEES no intuito de adotar medidas e os respectivos resultados para sanar as irregularidades na Área de Administração Tributária Municipal.

Por conseguinte, o TCEES aprovou o PLANO DE AÇÃO apresentado pelo Controlador Geral Municipal do exercício do ano anterior, sendo proposto pelo TCEES que a Controladoria Geral do Município proceda ao monitoramento do cumprimento do presente Plano de Ação e encaminhamento ao referido Tribunal quanto aos resultados obtidos.

Ante o exposto, consoante análise do referido Plano, em razão dos prazos vencidos e da mudança de Gestor, foi realizado protocolo junto ao TCEES, encaminhando um novo PLANO DE AÇÃO reestruturado, com novos prazos e indicando o cumprimento das ações concluídas até o exercício de 2021.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA **CONTROLADORIA GERAL**

Além disso, quanto aos Questionários encaminhados pelo TCEES no ano de 2021, todos foram devidamente respondidos a fim de contribuir com os levantamentos e fiscalizações desse órgão de Controle Externo.

Assevera-se ainda, que, quanto as demandas encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:

- Fiscalização de acompanhamento da regularidade das Folhas de pagamento no exercício de 2021 – TC 3411/2021-4;
- Notícia de irregularidade TC nº 00415/2021-1 para apurar a necessidade da Aquisição de Livros “Coronavírus: Todos Juntos no Combate!” pela Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde;
- Recomendação para instituição do Regime de Previdência Complementar – RPC pelo Poder Executivo Municipal.

5. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.

Desse modo, alcançam destaque a demanda referente a Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (e-PREVENÇÃO), e a demanda referente a solicitação de abertura de AUDITORIA no Sistema de Registro de Ponto dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, que se encontra em fase de ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO.

Denota-se quanto a Auditoria de Registro de Ponto dos servidores da Saúde, que esta demandou excessiva execução da Equipe de Auditoria, uma vez que se fez necessária a análise de inúmeras questões de Auditoria para fins de atendimento as demandas do órgão ministerial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da execução das atividades do Controle Interno, ponderou-se que o órgão de controle cumpriu parcialmente com as atividades dispostas no PAAI/2021, bem como, desempenhou de maneira ponderada a análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES aplicáveis a Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Para o exercício de 2022, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a continuidade da reestruturação da UCCI, visando ainda a implantação das inovações da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pelo Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Ademais, a CGM fará ações para a implementação efetiva de Normas de procedimentos administrativos, visando à padronização e o cumprimento dos regramentos estabelecidos pelas legislações vigentes no tocante ao cumprimento das exigências deste Tribunal de Contas Estadual.

Águia Branca/ES, 30 de março de 2022.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021